

EP= Experiência Profissional;
CS= Classificação de Serviço.

9.2 — Entrevista Profissional de Selecção (EPS) — visa avaliar numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos. Terá a duração aproximada de 30 minutos e será pontuada numa escala de 0 a 20 valores, obtida através da seguinte fórmula:

$$EPS = a) + b) + c) + d) + e) / 5$$

sendo:

- a) Sentido de Responsabilidade e Organização;
- b) Sentido de Inovação e Autonomia;
- c) Motivação e Interesses Profissionais;
- d) Capacidade de Relacionamento;
- e) Conhecimento dos problemas e tarefas inerentes as funções a exercer.

10 — Os critérios de apreciação e ponderação da Avaliação Curricular e da Entrevista Profissional de Selecção constam das actas de reunião dos respectivos júris, que será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão afixados no serviço de Recursos Humanos, se for caso disso.

12 — A classificação final dos candidatos será a resultante da aplicação da fórmula a seguir indicada, traduzida numa escala de 0 a 20 valores para cada um dos métodos, sendo excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores:

$$CF = AC + EPS / 2$$

sendo:

CF = Classificação Final;
AC = Avaliação Curricular;
EPS = Entrevista Profissional de Selecção.

13 — Os candidatos admitidos serão notificados do dia, local e hora da aplicação dos métodos de selecção, nos termos previstos no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

14 — Os júris dos concursos terão a seguinte composição:

Referência 1:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — Susana Patrícia Gouveia Sousa, Chefe de Divisão de Gestão Financeira; e Rosa Maria de Freitas da Câmara, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa.

Vogais suplentes — José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento Gestão e Ordenamento de Território; Ana Maria de Jesus e Silva, Directora de Departamento de Intervenção Social e Qualidade de Vida.

Referência n.º 2:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — Ana Maria de Jesus e Silva, Directora de Departamento de Intervenção Social e Qualidade de Vida; e Marcelino Antelmo Vieira Gonçalves, Vereador dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação e Administração.

Vogais suplentes — José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento Gestão e Ordenamento de Território; e Susana Patrícia Gouveia Sousa, Chefe de Divisão de Gestão Financeira.

Referência n.º 3:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — e Marcelino Antelmo Vieira Gonçalves, Vereador dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação e Administração; e Ana Maria de Jesus e Silva, Directora de Departamento de Intervenção Social e Qualidade de Vida.

Vogais suplentes — José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento Gestão e Ordenamento de Território; e Carlos Alberto Gomes Gonçalves, Vereador do Urbanismo e Património.

Referência n.º 4:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — Marcelino Antelmo Vieira Gonçalves, Vereador dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação e Administração; e Rosa Maria de Freitas da Câmara, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa.

Vogais suplentes — José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento Gestão e Ordenamento de Território; e Susana Patrícia Gouveia Sousa, Chefe de Divisão de Gestão Financeira

Referência n.º 5, 6 e 8:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — Carlos Alberto Gomes Gonçalves, Vereador do Urbanismo e Património; e José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento Gestão e Ordenamento de Território.

Vogais suplentes — Ana Maria de Jesus e Silva, Directora de Departamento de Intervenção Social e Qualidade de Vida; e Rosa Maria de Freitas da Câmara, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa

Referência n.º 7:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — Ana Maria de Jesus e Silva, Directora de Departamento de Intervenção Social e Qualidade de Vida; e Elisabete Paula Fernandes Homem Costa, Chefe de Divisão de Gestão Social.

Vogais suplentes — Marcelino Antelmo Vieira Gonçalves, Vereador dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação e Administração; e Susana Patrícia Gouveia Sousa, Chefe de Divisão de Gestão Financeira

Referência n.º 9 — um lugar para Tesoureiro Principal, da carreira administrativa:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — Susana Patrícia Gouveia Sousa, Chefe de Divisão de Gestão Financeira; e Rosa Maria de Freitas da Câmara, Chefe de Divisão de Gestão Administrativa.

Vogais suplentes — Marcelino Antelmo Vieira Gonçalves, Vereador dos Assuntos Sociais, Cultura, Educação e Administração; e José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento Gestão e Ordenamento de Território.

Referência n.º 10, 11, 14 e 15:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — José Ricardo Fraga Gomes Ferreira, Director de Departamento Gestão e Ordenamento de Território; e Ana Luísa Rodrigues Jesus, Chefe de Divisão de Obras Municipais.

Vogais suplentes — Carlos Alberto Gomes Gonçalves, Vereador do Urbanismo e Património; e Ilda Noélia Araújo Soares, Chefe de Secção de Recursos Humanos

Referência n.º 12 e 13:

Presidente — Leonel Calisto Correia da Silva, Vereador do Ambiente e Recursos Humanos;

Vogais efectivos — Ana Maria de Jesus e Silva, Directora de Departamento de Intervenção Social e Qualidade de Vida; e Gabriel da Silva Pereira, Chefe de Serviços de Higiene e Limpeza.

Vogais suplentes — Ilda Noélia Araújo Soares, Chefe de Secção de Recursos Humanos; e Jorge Filipe da Silva Freitas, Fiscal Municipal

14.1 — O presidente do Júri será substituído nas suas faltas e impedimentos pelo primeiro vogal efectivo.

16 de Dezembro de 2007. — O Vereador do Ambiente e Recursos Humanos, *Leonel Calisto Correia da Silva*.

2611074834

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

Aviso n.º 16/2008

Nomeação

Para os devidos efeitos torna-se público, que por despacho da signatária, de 17 de Dezembro de 2007, com efeitos a partir desta data, no uso da competência que lhe é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e na sequência do concurso aberto no aviso afixado no edifício dos Paços do Município, em 12/11/2007, foi nomeada para ocupar o lugar de Chefe da Secção de Recursos Humanos, Ana Paula Morgado Regada Vaz Pedro.

A nomeada tem o prazo de 20 dias para aceitação da nomeação, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

17 de Dezembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Maria Eulália Silva Teixeira*.

2611074854

CÂMARA MUNICIPAL DE CINFÃES

Aviso n.º 17/2008

Concurso interno de acesso geral para a categoria de operário qualificado principal — Trolha

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Presidente da Câmara de 05/12/2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar na categoria de Trolha, da carreira de Operário Principal, do grupo de pessoal Operário Qualificado, do quadro de pessoal próprio desta Câmara Municipal, nos termos que a seguir se indicam:

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei 238/99 de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — Prazo de validade — o concurso apenas é válido para os lugares postos a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — inerente à respectiva categoria de acordo com o Despacho n.º 1/90, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série de 27 de Janeiro, de 1990.

5 — O local de trabalho será na área do Município de Cinfães.

6 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local, sendo a remuneração a correspondente ao escalão 1, índice 204, estipulado no anexo II ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro e adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, a que corresponde o valor de € 666,57.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — os mencionados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — Requisitos especiais — os previstos no n.º 2 do artigo 14.º do D.L. 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Cinfães e enviado pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao termo do prazo fixado no n.º 1, ou entregue directamente nos Serviços de Recursos Humanos da Câmara Municipal, mediante recibo, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, data de nascimento, filiação, naturalidade, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, situação militar, número de contribuinte e telefone;

b) Habilitações literárias;

c) Indicação da categoria e serviço a que está vinculado;

d) Identificação do concurso a que se candidata, com referência ao número e data do *Diário da República* em que foi publicado este aviso;

e) Quaisquer circunstâncias que os candidatos considerem susceptíveis de influir na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal.

9 — Juntamente com o requerimento de candidatura, deverão os candidatos apresentar o seguinte:

a) *Curriculum vitae* devidamente documentado e detalhado, datado e assinado.

b) Declaração devidamente autenticada e actualizada, emitida pelo serviço ou organismo de origem, no caso de funcionários de outros serviços, da qual conste inequivocamente a natureza do vínculo, a categoria detida, o tempo de serviço na categoria, na carreira e na função pública e as classificações de serviço, com indicação das respectivas expressões qualitativas e quantitativas, reportadas aos seis últimos anos.

c) Documento comprovativo das habilitações literárias;

d) Fotocópia do Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte;

e) Documentos autênticos ou fotocópias comprovativas das acções de formação profissional, com a respectiva duração.

10 — Aos funcionários da Câmara Municipal de Cinfães é dispensada a apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos que constem dos respectivos processos individuais.

11 — Salvo o disposto no número anterior, a não apresentação da documentação exigida implica a exclusão no entanto é dispensável a

apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos gerais referidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, desde que os candidatos declarem nos respectivos requerimentos, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um deles.

12 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

13 — Métodos de selecção:

13.1 — Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

a) Avaliação Curricular;

b) Entrevista Profissional de Selecção.

14 — Os critérios de apreciação e ponderação a utilizar na aplicação dos métodos de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam das actas das reuniões do júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos, sempre que solicitadas.

15 — Publicitação — as listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas no edifício dos Paços do Município de Cinfães, de acordo com o previsto nos artigos 33.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

16 — A composição do júri será a seguinte:

Presidente: — Prof. Manuel Domingos Aguiar Barbosa, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Cinfães;

Vogais efectivos: Eng.º Luís Manuel Rodrigues Sequeira, Técnico Principal; Jorge da Silva Branco Soares, Encarregado de Pessoal.

Vogais suplentes: Eng.ª Cidália Cristina Fonseca Mendes, Técnica Superior de 1ª Classe e Paulo Jorge Tavares Cardoso, Encarregado de Parque de Máquinas e Viaturas.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo, Eng.º Luís Manuel Rodrigues Sequeira.

17 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

12 de Dezembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Pereira Pinto*.

2611074767

Aviso n.º 18/2008

Concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares na categoria de operário qualificado principal — Pedreiro

1 — Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do Presidente da Câmara de 05/12/2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de três lugares na categoria de Pedreiro, da carreira de Operário Principal, do grupo de pessoal Operário Qualificado, do quadro de pessoal próprio desta Câmara Municipal, nos termos que a seguir se indicam:

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei 238/99 de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

3 — Prazo de validade — o concurso apenas é válido para os lugares postos a concurso, esgotando-se com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — inerente à respectiva categoria de acordo com o Despacho n.º 1/90, do SEALOT, publicado no *Diário da República*, 2.ª série de 27 de Janeiro, de 1990.

5 — O local de trabalho será na área do Município de Cinfães.

6 — As condições de trabalho e as regalias sociais são as genericamente vigentes para os funcionários da administração local, sendo a remuneração a correspondente ao escalão 1, índice 204, estipulado no anexo II ao Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro e adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, a que corresponde o valor de € 666,57.

7 — Requisitos de admissão:

7.1 — Requisitos gerais — os mencionados no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.2 — Requisitos especiais — os previstos no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro.

8 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao Presidente da Câmara